



Quarta-Feira, 10 de Abril de 2019



JORNAL da REPÚBLICA

§ 2.25

PUBLICAÇÃO OFICIAL DA REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DE TIMOR - LESTE

SUMÁRIO

PARLAMENTO NACIONAL:

Resolução do Parlamento Nacional N.º 6/2019 de 10 de Abril

Estabelece o Programa Parlamento dos Jovens 240

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, JUVENTUDE E DESPORTO:

Diploma Ministerial N.º 5/2019 de 10 de Abril

Quadro de Pessoal dos Serviços do Ministério da Educação, Juventude e Desporto 248

MINISTÉRIO DA SOLIDARIEDADE SOCIAL E INCLUSÃO E MINISTÉRIO DO INTERIOR:

Diploma Ministerial Conjunto N.º 6/2019 de 10 de Abril

Transferência da Direcção Nacional de Gestão de Riscos e Desastres do Ministério da Solidariedade Social e Inclusão para o Ministério do Interior 251

MINISTÉRIO COORDENADOR DOS ASSUNTOS ECONÓMICOS:

Diploma Ministerial N.º 7/2019 de 10 de Abril

Regulamento Orgânico do Instituto de Apoio ao Desenvolvimento Empresarial (IADE) 252

BANCO CENTRAL DE TIMOR-LESTE:

Regulamento do BCTL N.º 4/2018

Regras Gerais Aplicáveis ao Sistema de Garantia de Crédito para Pequenas e Médias Empresas 264

RESOLUÇÃO DO PARLAMENTO NACIONAL N.º 6/2019

de 10 de Abril

ESTABELECE O PROGRAMA PARLAMENTO DOS JOVENS

O Parlamento Nacional é o órgão de soberania representativo de todos os cidadãos timorenses.

Nesse âmbito, o Parlamento Nacional deve assegurar a existência de mecanismos de diálogo com a sociedade civil e com os cidadãos, promovendo a participação de todos no debate de questões importantes para a Comunidade.

Neste quadro, pela primeira vez na sua história, o Parlamento Nacional organiza um programa especialmente dirigido aos jovens, com o objetivo de promover a participação ativa dos jovens na vida da comunidade e incentivar a sua contribuição para a resolução de questões que afetam o interesse comum.

Esta iniciativa parlamentar insere-se nos objetivos do Parlamento Nacional de promover uma maior abertura à sociedade civil e de maior transparência, inscritos no seu plano estratégico, a par de outras iniciativas como o Programa *Lian Povo*.

Do mesmo modo, pretende-se com esta iniciativa dar a conhecer o Parlamento Nacional, enquanto órgão representativo de todos os cidadãos, e o exercício do mandato parlamentar, bem como os processos decisórios adotados na Casa da Democracia.

Visa, ainda, promover e desenvolver a importância do debate, o pluralismo de ideias, a tolerância e o respeito pelas diferentes opiniões e interesses, bem como promover a língua portuguesa.

O Parlamento dos Jovens é um programa dirigido aos estudantes do ensino básico e do ensino secundário.

Na primeira edição, organizada por ocasião da Semana da Língua Portuguesa no Parlamento Nacional em 2019, a iniciativa contará com a participação de estudantes do ensino secundário de escolas de Díli, selecionadas em colaboração com o Ministério da Educação.

Nos anos seguintes, o programa será alargado à participação de estudantes do ensino básico e do ensino secundário de escolas de todo o país.

REGULAMENTO DO BCTL N.º 4/2018

REGRAS GERAIS APLICÁVEIS AO SISTEMA DE GARANTIA DE CRÉDITO PARA PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS

O sistema de garantia de crédito para pequenas e médias empresas é um programa público através do qual o Estado partilha o risco de crédito com os bancos comerciais, nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 23/2017, de 12 de Julho.

O sistema de garantia de crédito visa promover o empreendedorismo e a criação de emprego, incentivar a formalização e o crescimento das pequenas e médias empresas (PME), facilitar o acesso ao crédito em sectores prioritários, e contribuir para a expansão do acesso a serviços bancários e financeiros.

A elaboração do presente regulamento tem por objecto a aplicação do sistema de garantia de crédito para as pequenas e médias empresas de Timor Leste, tendo sido consultadas as principais partes interessadas.

O Conselho de Administração do Banco Central de Timor Leste, no exercício das atribuições conferidas pelos artigos 31.º, n.º 1, e 44.º, alínea c), da Lei n.º 5/2011, de 15 de Junho, relativa à Lei Orgânica do Banco Central de Timor Leste, aprova o seguinte regulamento:

**CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES GERAIS**

**Artigo 1.º
Âmbito de aplicação**

1. O presente regulamento estabelece as regras e os procedimentos gerais para a aplicação do sistema de garantia de crédito para pequenas e médias empresas (adiante designado por «SGC» ou «instrumento do SGC»).
2. Caso o considere necessário, o Banco Central pode também estabelecer, através de circular, requisitos específicos relativos aos critérios aplicáveis a um determinado sector económico, bem como relativos a outras matérias previstas no presente regulamento.

**Artigo 2.º
Definições**

Para efeitos do presente regulamento, entende-se por:

- a). «Sistema CRIS»: a base de dados de registo de créditos, criada nos termos da Instrução n.º 03/2009, sobre o estabelecimento do sistema de informações de registo de crédito.
- b). «Decreto Lei n.º 23/2017», o Decreto Lei n.º 23/2017, de 12 de Julho, relativo ao sistema de garantia de crédito para pequenas e médias empresas.
- c). «Taxa de juro efectiva», a taxa que desconta exactamente os pagamentos ou recebimentos de caixa futuros durante

a longevidade prevista do instrumento financeiro ou, se for caso disso, um período mais curto para a quantia escriturada líquida do activo ou passivo financeiro.

- d). «Prazo de financiamento», o prazo ou duração do crédito concedido.
- e). «Cobertura de garantia», a cobertura máxima disponível, por mutuário elegível, aplicável à quantia em incumprimento relativa ao instrumento de crédito disponibilizado pelo mutuante participante.
- f). «Sistema de garantia», o mecanismo de garantia estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 23/2017, de 12 de Julho, relativo ao sistema de garantia de crédito para pequenas e médias empresas.
- g). «Participação indirecta», a participação de uma pessoa no capital social de uma entidade por intermédio de outra sociedade.
- h). «Mutuante participante», a instituição financeira elegível, licenciada para exercer actividade em Timor Leste e autorizada pelo Banco Central a participar no sistema de garantia.
- i). «Rácio de partilha de risco», a percentagem de um crédito com garantia do Estado.
- j). «Pequenas e médias empresas» ou «PME», as empresas definidas no artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 23/2017, de 12 de Julho, relativo ao sistema de garantia de crédito para as pequenas e médias empresas.
- k). «Financiamento a prazo», o financiamento de uma quantia específica por um mutuante participante, com um prazo de amortização definido e uma taxa de juro fixa ou variável.

**Artigo 3.º
Mutuante participante**

1. A instituição financeira que pretenda participar no programa SGC deve apresentar a sua candidatura por escrito ao Banco Central, bem como cópias das respectivas políticas, procedimentos ou manuais internos em matéria de gestão e avaliação de crédito.
2. O Banco Central determina o limite da garantia do instrumento do SGC a cobrir pelo sistema de garantia.

**CAPÍTULO II
REQUISITOS DE ELEGIBILIDADE**

**Artigo 4.º
Critérios de elegibilidade**

1. O mutuante participante assegura que os beneficiários do instrumento do SGC são PME que cumprem os critérios estabelecidos no Decreto Lei n.º 23/2017.
2. O SGC destina-se ao financiamento das actividades económicas elegíveis previstas no anexo 1 do presente regulamento.
3. O Banco Central pode proceder à actualização pontual da

lista das actividades económicas elegíveis para financiamento ao abrigo do instrumento do SGC.

Artigo 5.º **Critérios do SGC**

1. O SGC destina-se exclusivamente ao financiamento a prazo, podendo servir para o financiamento de capital de exploração e/ou a aquisição de activos relevantes para as actividades elegíveis definidas no Artigo 4.
2. Antes de aprovar o crédito e conceder ao sistema de garantia, o mutuante participante certifica-se de que, além dos próprios requisitos, as PME cumprem os seguintes critérios:
 - a). A proposta de projecto comercial demonstra viabilidade no sector económico elegível;
 - b). Existência de capacidade para reembolsar o crédito, de acordo com o demonstrado por previsões de fluxo de caixa plausíveis;
 - c). Inexistência de créditos em dívida ou em mora, de acordo com os registos do sistema CRIS;
 - d). Inexistência de obrigações fiscais por regularizar, de acordo com o atestado pela certidão de dívida mais recente;
 - e). Inexistência de uma situação de incumprimento prevista no artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 23/2017.
3. É vedado o uso do SGC para refinarçar mecanismos de crédito ou de financiamento já existentes.

CAPÍTULO III **RÉGRAS DO INSTRUMENTO DO REGIME DE SGC**

Artigo 6.º **Limite de cobertura da garantia**

1. O sistema de garantia concede aos créditos elegíveis uma cobertura até ao limite fixado pelo Governo.
2. Sem prejuízo do disposto no número anterior, o Banco Central pode definir, através de circular, os limites da partilha de risco de determinadas indústrias, sectores ou actividades económicas específicas a aplicar pelo mutuante participante.

Artigo 7.º **Limite do financiamento**

1. A um mutuário individual aplica-se o limite de financiamento agregado de 150 000 USD ou qualquer outro montante que o Banco Central determine, tanto em relação ao capital de exploração como à aquisição de activos.
2. O limite do financiamento estabelecido no número anterior aplica-se também a partes relacionadas do mutuário ou quando este seja parte de um grupo de sociedades ou qual tenha sido concedido acesso ao SGC.

3. Sem prejuízo do limite estabelecido no n.º 1, o Banco Central pode fixar, através de circular, um montante diferente aplicável ao financiamento de determinadas actividades económicas.

Artigo 8.º **Duração da cobertura de garantia**

1. A cobertura de garantia do SGC tem uma duração máxima de cinco anos.
2. O mutuante participante pode conceder uma moratória de três a doze meses para o reembolso do capital e o pagamento de juros, desde que a duração total do crédito seja igual ou inferior ao prazo da cobertura de garantia.
3. A concessão de um moratório pelo mutuante participante carece de autorização prévia por escrita do Banco Central.
4. Sem prejuízo do disposto no n.º 1, o Banco Central pode fixar um período de duração distinto para um determinado sector económico.

Artigo 9.º **Taxa de juro do financiamento**

1. A taxa juro máxima efectiva do financiamento corresponde, no máximo, à soma da taxa dos depósitos à ordem e uma margem de 7,5 % ou a outra taxa a fixar pelo Banco Central para o SGC especificamente prevista para determinado sector económico prioritário.
2. A falta de pagamento de capital ou juros após o reembolso do crédito pelo sistema de garantia preclui a imposição de sanções por parte do mutuante participante.

Artigo 10.º **Comissão de garantia**

1. O mutuante participante cobra, por conta do Banco Central, uma comissão de garantia não reembolsável, calculada com base no montante da cobertura de garantia.
2. A comissão de garantia fixada para o SGC é 0,5 %, a pagar antecipadamente, ou qualquer outro montante que o Banco Central determine.
3. O mutuante participante pode cobrar taxas e/ou comissões ao mutuário até ao limite máximo de 2,5 % do crédito concedido.

Artigo 11.º **Garantias dos mutuários**

1. É proibida a exigência de garantias ao mutuário pelo mutuante participante em relação a créditos garantidos.
2. Não obstante, o mutuante participante pode exigir garantias do mutuário relativamente à parte do financiamento cuja cobertura seja sua responsabilidade, estando no entanto impedido de condicionar o processo de aprovação do crédito à prestação da garantia.
3. Incumbe ao mutuante participante assegurar a obtenção de

garantias pessoais prestadas por familiares próximos do empresário, bem como por administradores e sócios das empresas.

Artigo 12.º

Obrigação de divulgação

1. O mutuante participante est a obrigado a divulgar com exactidão os termos e condições do SGC, nomeadamente as taxas de juro declarada e efectiva, bem como as taxas ou comissões cobradas.
2. O mutuante participante informa imediatamente o Banco Central de quaisquer alterações às condições referidas no número anterior.

CAPÍTULO IV
ACESSO AO SISTEMA DE GARANTIA

Artigo 13.º

Requisitos gerais

1. Incumbe ao mutuante participante assegurar a integração dos requisitos estabelecidos pelo presente regulamento nas respectivas políticas, procedimentos e manuais internos relativos ao acesso ao SGC.
2. O financiamento concedido ao abrigo do SGC prevalece sobre posições em risco actuais e futuras.

Artigo 14.º

Procedimento para o pedido de crédito

1. Os pedidos de crédito são apresentados directamente ao mutuante participante.
2. O mutuante participante   responsável por avaliar o cumprimento dos critérios de elegibilidade da proposta de crédito que o mutuário apresenta, bem como a viabilidade da mesma.
3. No âmbito do processo de pedido de crédito, o mutuante participante deve obter o consentimento escrito dos requerentes de crédito para a divulgação ao Banco Central de quaisquer informações relacionadas com aspectos relativos aos requerentes quanto ao SGC.
4. O mutuante participante avalia os pedidos em função dos critérios enunciados no capítulo II do presente regulamento e dos critérios estabelecidos pelo participante mutuante.
5. O mutuante participante envia todos os esforços, na medida do razoável, para assegurar a conclusão do processo de financiamento no prazo máximo de três semanas a contar da recepção de toda a documentação necessária.
6. Antes de tomar uma decisão final sobre o pedido, o mutuante participante deve efectuar uma visita ao local, a fim de confirmar informação relevante prestada no pedido de crédito.
7. Após a aprovação do crédito, o mutuante participante pode

enviar ao Banco Central um pedido de acesso ao sistema de garantia, utilizando para o efeito o formulário constante do anexo 2 do presente regulamento ou outro meio adequado a determinar pelo Banco Central.

8. No prazo de cinco dias úteis, o Banco Central emite decisão quanto ao pedido de cobertura de garantia.
9. O mutuante participante são procede ao reembolso do montante financiado garantido ao abrigo do instrumento do SGC uma vez reunida toda a documentação necessária.

Artigo 15.º

Cancelamento da cobertura de garantia

1. Mediante consentimento escrito do mutuário em causa, o mutuante participante pode cancelar a cobertura de garantia concedida pelo sistema de garantia.
2. O mutuante participante notifica o Banco Central da intenção de cancelamento da cobertura de garantia com uma antecedência de trinta dias em relação à data de cancelamento, apresentando o consentimento exigido no número anterior.

Artigo 16.º

Revogação da cobertura de garantia

1. O Banco Central pode revogar uma cobertura de garantia a qualquer momento, caso entenda existirem provas de que um mutuante participante tprestou falsas declarações sobre um mutuário específico e/ou desrespeitou o disposto no presente regulamento ou os requisitos do Decreto-Lei n.º 23/2017.
2. Da decisão de revogação da cobertura de garantia cabe recurso para o Banco Central.
3. O recurso a que se refere o número anterior deve ser interposto no prazo de quinze dias úteis a contar da data da decisão.

Artigo 17.º

Reescalamento do financiamento

1. O mutuante participante pode requerer o reescalamento de um determinado financiamento a prazo ao abrigo do SGC, desde que a duração da nova cobertura de garantia do financiamento a prazo reescalado se mantenha dentro do prazo aprovado.
2. Em caso de abandono e/ou cancelamento do reescalamento do financiamento, independentemente do motivo, o mutuante participante notifica por escrito o Banco Central e reestabelece a situação original do financiamento sem demora injustificada.
3. Sem prejuízo do disposto nos números anteriores, o Banco Central pode estabelecer requisitos distintos relativamente ao financiamento de um sector ou regime específico.

MEDIDAS DE RECLAMAÇÃO E RECUPERAÇÃO DE CRÉDITOS**Artigo 18.º****Reclamação de créditos pelos mutuante participante**

1. Sem prejuízo do disposto no Artigo 20.º, quando um crédito for classificado como não produtivo, o mutuante participante apresenta reclamações de crédito ao sistema de garantia, no prazo máximo de noventa dias a contar da data da classificação como não produtivo, utilizando para o efeito o formulário que o Banco Central determine.
2. Na apresentação das reclamações ao sistema de garantia, o mutuante participante está obrigado a observar os requisitos relevantes do presente regulamento, bem como as seguintes disposições:
 - a). O montante da crédito reclamado deve ser exacto e representar a quantia em dívida após a classificação de crédito como não produtivo.
 - b). O montante do crédito reclamado não pode exceder o montante indicado na cobertura de garantia ou o valor em dívida multiplicado pelo rácio de garantia (consoante o que for inferior).
 - c). Verificar-se a existência de medidas adequadas para assegurar que o financiamento a prazo concedido foi utilizado para o finalidade previsto ao abrigo do SGC.
 - d). Efectuaram-se esforços de recuperação adequados, em conformidade com os procedimentos previstos no presente regulamento.
3. Após a recepção de uma reclamação de créditos elegível, o Banco Central processa o seu pagamento no prazo de 10 dias úteis a contar da data de recepção do pedido com todos os elementos necessários.
4. O mutuante participante prossegue os esforços de recuperação após a liquidação dos montantes reclamados.
5. O Banco Central pode indeferir uma reclamação de créditos nas seguintes circunstâncias:
 - a). Prestação de falsas declarações quanto a factos essenciais.
 - b). Erros materiais em documentação relativa a contas, instrumentos de financiamento ou à garantia, em prejuízo dos interesses do sistema de garantia.
 - c). O mutuante participante:
 - (i). não cumpre o disposto no presente regulamento e/ou nos termos e condições de aprovação que lhe são aplicáveis;
 - (ii). não notifica o Banco Central nem obtém a aprovação deste em relação a alterações significativas ocorridas em instrumentos de financiamentos ou

no prazo de financiamento e nas estruturas de garantia que afectam o rácio de partilha de risco entre o sistema de garantia e o mutuante participante.

6. Da decisão de indeferimento de uma reclamação de créditos cabe recurso para o Banco Central, no prazo de quinze dias úteis a contar da data de indeferimento.

Artigo 19.º**Recuperação de créditos superveniente à reclamação de créditos**

1. O mutuante participante notifica o Banco Central de eventuais recuperações de crédito subsequentes à liquidação de montantes reclamados e entrega ao Banco Central todas as quantias recuperadas de acordo com o rácio de partilha de risco, sem quaisquer deduções relacionadas com a liquidação de despesas de natureza jurídica ou de outro tipo incorridas pelo mutuante participante em causa.
2. As medidas de recuperação de créditos supervenientes à reclamação de créditos não estão sujeitas a qualquer prazo.

Artigo 20.º**Medidas de recuperação de créditos**

1. O mutuante participante certifica-se de que enviada todos os esforços, na medida razoável, para a concretização das medidas de recuperação de créditos, em conformidade com os seguintes procedimentos:
 - a). Envio de uma primeira interpelação ao mutuário, nos primeiros quinze dias posteriores ao primeiro mês de incumprimento;
 - b). Perante a não regularização da situação no prazo de sessenta dias, o mutuante participante envia uma interpelação final, no prazo de quinze dias;
 - c). Caso a situação continue por regularizar decorridos noventa dias, o mutuante participante visita o local a fim de determinar a situação do cliente e os problemas subjacentes ao incumprimento;
 - d). Com base nas informações recolhidas durante a visita, o mutuante participante comunica a todos os fiadores de crédito em causa as informações relevantes sobre o mutuário e sobre a situação do crédito;
 - e). Caso o mutuário continue a não dar resposta às medidas preventivas propostas, o mutuante participante elabora e envia ao Banco Central um relatório detalhado sobre a situação do cliente.
2. O mutuante participante documenta o processo iniciado nos termos do número anterior e coloca uma cópia no processo de crédito do mutuário em causa.
3. O mutuante participante é responsável por todos os custos associados às medidas de recuperação de créditos aplicadas.

CAPÍTULO VI
REQUISITOS REGULAMENTARES

Artigo 21.º
Classificação dos créditos

1. O mutuante participante classifica os créditos em função dos requisitos relevantes aplicáveis.
2. A constituição de provisões para riscos de crédito deve ocorrer unicamente para a parte do risco assumido pelo mutuante participante.

Artigo 22.º
Controlo

1. O mutuante participante deve integrar processos de controlo para cada esquema nas respectivas políticas e procedimentos internos.
2. O mutuante participante deve proceder a análises e visitas regulares ao local de actividade do mutuário, em conformidade com as suas políticas e procedimentos internos, a fim de avaliar a situação do financiamento.
3. O Banco Central pode, em qualquer momento durante o prazo da garantia, proceder a uma análise da documentação de um crédito específico garantido pelo sistema de garantia.
4. O Banco Central pode prever processos de controlo específicos para determinados instrumentos do SGC, na medida do necessário.

Artigo 23.º
Obrigações de reporte

1. O mutuante participante enviar relatórios mensais sobre a situação individual de todos os créditos concedidos ao abrigo do SGC, o mais tardar, até ao quinto dia do mês subsequente, num formato ou suporte a determinar pelo Banco Central.
2. No mesmo prazo mencionado no número anterior, o mutuante participante está obrigado a enviar mensalmente ao Banco Central as informações a seguir indicadas:
 - a). O número de pedidos recebidos de clientes;
 - b). O número de pedidos indeferidos pelo mutuante participante e os motivos do indeferimento; e
 - c). O número de pedidos deferidos pelo mutuante participante.
3. Os relatórios referidos nos números anteriores devem ser enviados ao Banco Central de Timor-Leste, ao cuidado da unidade Desenvolvimento Emprezarial.

CAPÍTULO VII
DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 24.º
Interpretação

Quando a interpretação ou a aplicação de uma disposição do SGC suscitar questões ou dúvidas, considera-se definitiva a decisão do Banco Central.

Artigo 25.º
Entrada em vigor

O presente regulamento entra em vigor na data da sua publicação no Jornal da República.

Aprovado em 20 de Dezembro de 2018

O Governador,

Abraão de Vasconcelos

LISTA DE ACTIVIDADES ECONÓMICAS ELEGÍVEIS PARA O
SISTEMA DE GARANTIA DE CRÉDITOS

SECÇÃO	DIVISÃO	GRUPO	CLASSE	SUB-CLASSE	DESIGNAÇÃO
A					AGRICULTURA, PRODUÇÃO ANIMAL, CAÇA, FLORESTA, PESCA E AQUICULTURA
	01				Agricultura, produção animal, caça e actividades dos serviços relacionados
		011	0110	01100	Culturas temporárias
			0111	01110	Cerealicultura (excepto arroz), leguminosas secas e sementes oleaginosas
			0112	01120	Cultura de arroz
			0113	01130	Cultura de produtos hortícolas, raízes e tubérculos
			0116	01160	Cultura de plantas têxteis
			0119	01190	Outras culturas temporárias
		012			Culturas permanentes
			0121	01210	Cultura de frutos tropicais e subtropicais
			0122	01220	Cultura de citrinos
			0123	01230	Cultura de frutos oleaginosos
			0124	01240	Cultura do café
			0125	01250	Cultura de outros frutos (inclui casca rija), em árvores e arbustos
			0126	01260	Viticultura
			0127	01270	Cultura de plantas destinadas à preparação de bebidas
			0128	01280	Cultura de especiarias, plantas aromáticas, medicinais e farmacêuticas
			0129	01290	Outras culturas permanentes e Cultura de promóideas e prunóideas
		013	0130	01300	Cultura de materiais de propagação vegetativa
		014	0140	01400	Produção animal
			0141	01410	Criação de bovinos e búfalos
			0142	01420	Criação de equinos, asininos e muare
			0143	01430	Criação de ovinos e caprinos
			0144	01440	Suicultura
			0145	01450	Avicultura
			0149	01490	Outra produção animal
			0146	01460	Criação de bovinos para produção de leite
			0147	01470	Criação de outros bovinos (excepto para produção de leite) e búfalos
		015	0150	01500	Agricultura e produção animal combinadas
		016	0160	01600	Actividades dos serviços relacionados com a agricultura e com a produção animal
			0161	01610	Actividades dos serviços relacionados com a agricultura
			0162	01620	Actividades dos serviços relacionados com a produção animal, excepto serviços de veterinária
			0163	01630	Preparação de produtos agrícolas para venda
			0164	01640	Preparação e tratamento de sementes para propagação
	03				Pesca e aquicultura
		031	0310	03100	Pesca
			0311	03110	Pesca marítima
			0312	03120	Pesca em águas interiores
			0313	03130	Pesca marítima, apanha de algas e de outros produtos do mar
			0314	03140	Pesca em águas doces e apanha de produtos de águas doces
		032	0320	03200	Aquicultura
			0321	03210	Aquicultura em águas salgadas e salobras
			0322	03220	Aquicultura em águas doces
		034	0340	03400	Actividades dos serviços relacionados com a agricultura

C				INDÚSTRIAS TRANSFORMADORAS
	10			Indústrias alimentares
		101	1010	10100 Preparação e conservação de carne e de produtos à base de carne
			1011	10110 Abate de gado (produção de carne)
			1012	10120 Abate de aves (produção de carne)
			1013	10130 Fabricação de produtos à base de carne
		102	1020	10200 Preparação e conservação de peixes, crustáceos e moluscos
				10201 Preparação de produtos da pesca e da aquicultura
				10202 Congelação de produtos da pesca e da aquicultura
				10203 Conservação de produtos da pesca e da aquicultura em azeite e outros óleos vegetais e outros molhos
				10204 Salga, secagem e outras actividades de transformação de produtos da pesca e aquicultura
		103	1030	10300 Preparação e conservação de frutos e de produtos hortícolas
			1031	10310 Preparação e conservação de batatas
			1032	10320 Fabricação de sumos de frutos e de produtos hortícolas
			1039	10390 Preparação e conservação de frutos e de produtos hortícolas
				10391 Congelação de frutos e de produtos hortícolas
				10392 Secagem e desidratação de frutos e de produtos hortícolas
				10393 Fabricação de doces, compotas, geleias e marmelada
				10394 Descasque e transformação de frutos de casca rija comestíveis
				10395 Preparação e conservação de frutos e de produtos hortícolas por outros processos
		104	1040	10400 Produção de óleos e gorduras animais e vegetais
			1041	10410 Produção de óleos e gorduras
			1042	10420 Fabricação de margarinas e de gorduras alimentares similares
		105	1050	10500 Indústria de lacticínios
			1051	10510 Indústrias do leite e derivados
			1052	10520 Fabricação de gelados e sorvetes
		106	1060	10600 Transformação de cereais e leguminosas; fabricação de amidos, de féculas e de produtos afins
			1061	10610 Transformação de cereais e leguminosas
				10611 Moagem de cereais
				10612 Descasque, branqueamento e outros tratamentos do arroz
				10613 Transformação de cereais e leguminosas, n.e.
			1062	10620 Fabricação de amidos, féculas e produtos afins
		107	1070	10700 Fabricação de produtos de padaria e de outros produtos à base de farinha
			1071	10711 Panificação
				10712 Pastelaria
			1072	10720 Fabricação de pastelaria, bolachas, biscoitos e tostas
			1073	10730 Indústria do cacau, do chocolate e dos produtos de confeitaria
			1074	10740 Indústria do café
			1079	10790 Fabricação de outros produtos alimentares, n.e.
		108	1080	10800 Fabricação de alimentos para animais
			1081	10810 Fabricação de alimentos para animais de criação
				10811 Fabricação de pré-misturas
				10812 Fabricação de alimentos para animais de criação (excepto para aquicultura)
				10813 Fabricação de alimentos para aquicultura
			1082	10820 Fabricação de alimentos para animais de companhia
	11			Indústria das bebidas
		110		Indústria das bebidas
			1101	11010 Fabricação de bebidas alcoólicas destiladas
				11011 Fabricação de aguardentes preparadas
				11012 Fabricação de aguardentes não preparadas
				11013 Produção de licores e de outras bebidas destiladas

		1102	11020	Indústria do vinho (inclui vinho de palma)
			11021	Produção de vinhos comuns e licorosos
			11022	Produção de vinhos espumantes e espumosos
		1104	11040	Fabricação de refrigerantes; produção de águas minerais naturais e de outras águas engarrafadas
			11041	Engarraamento de águas minerais naturais e de nascente
			11042	Fabricação de refrigerantes e de outras bebidas não alcoólicas, n.e.
		1105	11050	Fabricação de cidra e de outras bebidas fermentadas não destiladas
13				Fabricação de têxteis
	139	1390	13900	Fabricação de outros têxteis
		1399	13990	Fabricação de outros têxteis, não especificados (n.e.)
			13991	Fabricação de bordados
			13992	Fabricação de rendas
			13993	Fabricação de outros têxteis diversos, n.e.
14				Indústria do vestuário
	141	1410		Confecção de artigos de vestuário, exceto artigos de peles com pêlo
		1411	14110	Confecção de vestuário em série
		1412	14120	Confecção de vestuário por medida
		1415	14150	Confecção de vestuário em couro
		1416	14160	Confecção de vestuário de trabalho
		1413	14130	Confecção de outro vestuário exterior
			14131	Confecção de outro vestuário exterior em série
			14132	Confecção de outro vestuário exterior por medida
			14133	Actividades de acabamento de artigos de vestuário
		1414	14140	Confecção de vestuário interior
		1419	14190	Confecção de outros artigos e acessórios de vestuário
	142	1420	14200	Fabricação de artigos com peles com pêlo
	143	1430	14300	Fabricação de artigos de malha
		1431	14310	Fabricação de meias e similares de malha
		1439	14390	Fabricação de outro vestuário de malha
15				Indústria do couro e dos produtos do couro
	151	1510		Curtimenta e acabamento de peles sem pêlo e com pêlo; fabricação de artigos de viagem e de uso pessoal, de marroquinaria, de correeiro e de seleiro
		1511	15110	Curtimenta e acabamento de peles sem pêlo e com pêlo
			15111	Curtimenta e acabamento de peles sem pêlo
			15112	Fabricação de couro reconstituído
			15113	Curtimenta e acabamento de peles com pêlo
		1512	15120	Fabricação de artigos de viagem e de uso pessoal, de marroquinaria, de correeiro e de seleiro
	152	1520	15200	Indústria do calçado
			15201	Fabricação de calçado
			15202	Fabricação de componentes para calçado
16				Indústrias da madeira e da cortiça e suas obras, excepto mobiliário; fabricação de obras de cestaria e de espartaria
	161	1610	16100	Serração, aplainamento e impregnação da madeira
			16101	Serração de madeira
			16102	Impregnação de madeira
	162			Fabricação de artigos de madeira, de cortiça, de espartaria e de cestaria, excepto mobiliário
		1621	16210	Fabricação de folheados e painéis à base de madeira
			16211	Fabricação de painéis de partículas de madeira
			16212	Fabricação de painéis de fibras de madeira
			16213	Fabricação de folheados, contraplacados, lamelados e de outros painéis

		1622	16220	Fabricação de outras obras de carpintaria para a construção
		1623	16230	Fabricação de embalagens de madeira
		1624	16240	Fabricação de obras de cestaria e de espartaria
		1625	16250	Parqueteria
		1629	16290	Fabricação de outras obras de madeira e cortiça
			16291	Fabricação de outras obras de madeira
			16292	Fabricação de obras de cestaria e de espartaria
			16293	Indústria de preparação da cortiça
			16294	Fabricação de rolhas de cortiça
			16295	Fabricação de outros produtos de cortiça
23				Fabricação de outros produtos minerais não metálicos
	233			Fabricação de produtos cerâmicos para a construção
		2331	23310	Fabricação de azulejos, ladrilhos, mosaicos e placas de cerâmica
			23311	Fabricação de azulejos
			23312	Fabricação de ladrilhos, mosaicos e placas de cerâmica
		2332	23320	Fabricação de tijolos, telhas e de outros produtos cerâmicos para a construção
			23321	Fabricação de tijolos
			23322	Fabricação de telhas
			23323	Fabricação de abobadilhas
			23324	Fabricação de outros produtos cerâmicos para a construção
	234			Fabricação de outros produtos de porcelana e cerâmicos não refractários
		2341	23410	Fabricação de artigos cerâmicos de uso doméstico e ornamental
			23411	Olaria de barro
			23412	Fabricação de artigos de uso doméstico de faiança, porcelana e grés fino
			23413	Fabricação de artigos de ornamentação de faiança, porcelana e grés fino
			23414	Actividades de decoração de artigos cerâmicos de uso doméstico e ornamental
		2342	23420	Fabricação de artigos cerâmicos para usos sanitários
		2343	23430	Fabricação de isoladores e peças isolantes em cerâmica
		2344	23440	Fabricação de outros produtos em cerâmica para usos técnicos
		2349	23490	Fabricação de outros produtos cerâmicos não refractários
	237	2370	23700	Serragem, corte e acabamento de rochas ornamentais e de outras pedras de construção
			23701	Fabricação de artigos de mármore e de rochas similares
			23702	Fabricação de artigos em ardósia (lousa)
			23703	Fabricação de artigos de granito e de rochas, n.e.
31				Fabricação de mobiliário e de colchões
	310	3100		Fabricação de mobiliário e de colchões
		3101	31010	Fabricação de mobiliário de madeira
		3102	31020	Fabricação de mobiliário de bambu
		3103	31030	Fabricação de colchoaria
		3104	31040	Fabricação de mobiliário para escritório e comércio
		3105	31050	Fabricação de mobiliário de cozinha
		3109	31090	Fabricação de colchões e outro mobiliário
			31091	Fabricação de mobiliário de madeira para outros fins
			31092	Fabricação de mobiliário metálico para outros fins
			31093	Fabricação de mobiliário de outros materiais para outros fins
			31094	Actividades de acabamento de mobiliário
32				Outras indústrias transformadoras
	321			Fabricação de joalharia, ourivesaria, bijutaria e artigos similares; cunhagem de moedas
		3211	32110	Fabricação de joalharia, ourivesaria e artigos similares;

			32111	Fabricação de artigos de joalharia e de outros artigos de ourivesaria
		3212	32120	Fabricação de bijutarias
	322	3220	32200	Fabricação de instrumentos musicais
	323	3230	32300	Fabricação de artigos de desporto
	324	3240	32400	Fabricação de jogos e de brinquedos
	329	3290	32900	Indústrias transformadoras, n.e.
		3299	32990	Outras indústrias transformadoras, n.e.
			32991	Fabricação de canetas, lápis e similares
			32992	Fabricação de fechos de correr, botões e similares
			32993	Fabricação de guarda-sóis e chapéus de chuva
			32995	Fabricação de caixões mortuários em madeira
			32996	Outras indústrias transformadoras diversas, n.e.
H				TRANSPORTES E ARMAZENAGEM
	49			Transportes terrestres e transportes por oleodutos ou gasodutos
		492	4920	Outros transportes terrestres (transportes terrestres de passageiros)
			4923	49230 Transportes rodoviários de mercadorias
			4942	49420 Actividades de mudanças, por via rodoviária
	50			Transportes por água
		501	5010	50100 Transportes marítimos de passageiros
				50101 Transportes marítimos não costeiros de passageiros
				50102 Transportes costeiros e locais de passageiros
	52			Armazenagem e actividades auxiliares dos transportes (inclui manuseamento)
		521	5210	52100 Armazenagem
				52101 Armazenagem frigorífica
				52012 Armazenagem não frigorífica
		522		Actividades auxiliares dos transportes
			5221	Actividades dos agentes transitários, aduaneiros e de outras actividades de apoio ao transporte
			5229	52290 Outras actividades de apoio ao transporte
				52291 Organização do transporte
I				ALOJAMENTO, RESTAURAÇÃO E SIMILARES
	55			Alojamento
		551		Estabelecimentos hoteleiros
			5511	55110 Estabelecimentos hoteleiros
				55111 Hotéis com restaurante
				55112 Pensões com restaurante
				55113 Estalagens com restaurante
				55114 Pousadas com restaurante
				55115 Motéis com restaurante
				55116 Hotéis-Apartamentos com restaurante
				55117 Aldeamentos turísticos com restaurante
				55118 Apartamentos turísticos com restaurante
				55119 Outros estabelecimentos hoteleiros com restaurante
			5512	Residência para férias
				55121 Alojamento mobilado para turistas
				55122 Turismo no espaço rural
				55123 Colónias e campos de férias
				55124 Outros locais de alojamento de curta duração
			5513	Estabelecimentos hoteleiros sem restaurante
				55131 Hotéis sem restaurante

			55132	Pensões sem restaurante
			55133	Apartamentos turísticos sem restaurante
			55134	Outros estabelecimentos hoteleiros sem restaurante
	552	5520	55200	Parques de campismo e de caravanismo
		5521	55210	Parques de campismo
		5522	55220	Parques de caravanismo
	559	5590	55900	Outros locais de alojamento
56				Restauração e similares
	561	5610		Restaurantes (inclui actividades de restauração em meios móveis)
			56103	Restaurantes com lugares ao balcão
			56104	Restaurantes sem serviço de mesa
			56105	Restaurantes típicos
			56106	Restaurantes com espaço de dança
			56107	Confecção de refeições prontas a levar para casa
		5611	56110	Restaurantes tipo tradicional
		5612	56120	Restauração em meios móveis
	562			Fornecimento de refeições para eventos e outras actividades de serviço de refeições
		5621	56210	Fornecimento de refeições para eventos
		5629	56290	Outras actividades de serviço de refeições
	563	5630		Estabelecimentos de bebidas
			56301	Cafés
			56302	Bares
			56303	Pastelarias e casas de chá
			56304	Outros estabelecimentos de bebidas sem espectáculo
			56305	Estabelecimentos de bebidas com espaço de dança

PEDIDO DE COBERTURA DE GARANTIA DE CRÉDITO

PERFIL DA EMPRESA

Informações básicas

Nome da empresa*	:	<input type="text"/>	Tipo de empresa*	:	<input type="text"/>
Número de identificação fiscal*	:	<input type="text"/>	Número de registo de pessoa coletiva*	:	<input type="text"/>
Data da constituição*	:	<input type="text"/>	Data do registo*	:	<input type="text"/>
Origem*	:	<input type="text"/>	Actividade actual*	:	<input type="text"/>
Contacto telefónico*	:	<input type="text"/>	Suco*	:	<input type="text"/>
Posto administrativo*	:	<input type="text"/>	Município*	:	<input type="text"/>

Situação financeira básica

Fundos líquidos em conta bancária*	:	<input type="text"/>	Activos actuais*	:	<input type="text"/>
Passivos actuais*	:	<input type="text"/>	Total dos activos*	:	<input type="text"/>
Capital realizado*	:	<input type="text"/>	Situação da tesouraria	:	<input type="text"/>

Informações sobre o emprego

Homens (estrangeiros)*	:	<input type="text"/>	Mulheres (estrangeiras)*	:	<input type="text"/>
Homens (timorenses)*	:	<input type="text"/>	Mulheres (timorenses)*	:	<input type="text"/>

INSTRUMENTO DE FINANCIAMENTO

Informações sobre o instrumento de financiamento

Ref. conta Número*	:	<input type="text"/>	Tipo de crédito*	:	<input type="text"/>
Categoria de empréstimo*	:	<input type="text"/> O Garantido <input type="text"/> O Não garantido	Montante do empréstimo*	:	<input type="text"/>
Data de vencimento*	:	<input type="text"/>	Data da concessão do empréstimo*	:	<input type="text"/>
Financiamento de empresas*	:	<input type="text"/>	Forma de pagamento*	:	<input type="text"/>
Fonte do reembolso*	:	<input type="text"/>		:	<input type="text"/>
Moratória*	:	<input type="text"/> O Sim <input type="text"/> O Não	Prazo da moratória	:	<input type="text"/>
Localização do Suco*	:	<input type="text"/>	Posto administrativo*	:	<input type="text"/>
Município*	:	<input type="text"/>		:	<input type="text"/>

Observações do mutuante participante

Declaração do mutuante

Confirmamos pelo presente que, tanto quanto é do nosso conhecimento, todas as informações acima prestadas são verdadeiras e rigorosas. Verificamos a exactidão das informações prestadas no presente pedido de cobertura de garantia.

Solicitamos que o instrumento de crédito descrito no pedido *supra* seja garantido pelo sistema de garantia de crédito.

Obtivemos o consentimento do mutuário para a divulgação ao Banco Central e a outras partes relevantes de todas as informações pertinentes relativas ao presente pedido e ao(s) instrumento(s) concedido(s).

O BCTL reserva-se o direito de cancelar o presente pedido se alguma das informações prestadas neste formulário se vier a revelar incorrecta ou enganosa.